

Estratégia socialista na arquitetura do poder

Dossiê nº 106
Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Novembro de 2026

A arte deste dossiê, produzida pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, retrata três formas de poder: o poder social em magenta, o poder governamental em amarelo e o poder sistêmico em ciano. Onde essas formas se sobrepõem, novas cores emergem, representando suas diferentes configurações e interconexões dentro de uma arquitetura de poder mais ampla. Esta composição nos convida a refletir sobre como o poder é organizado, disputado e transformado por meio de processos de emancipação.



Estratégia socialista na arquitetura do poder



Dossiê nº 106 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Novembro de 2026

Quando um governo radical assume o cargo com um mandato para a transformação, na manhã seguinte terá de enfrentar bancos que permanecem em mãos privadas, minas sob controle corporativo, mídia tradicional privada e administração pública governada por procedimentos herdados. O capital pode adiar investimentos, transferir dinheiro para o exterior, fechar fábricas, acumular bens essenciais, demitir trabalhadores e especular contra a moeda. O caos causado na economia e na população pode então ser apresentado como prova de que a transformação é impossível, tudo isso enquanto o governo é responsabilizado por uma crise produzida ou intensificada por forças fora do seu controle.

Essa realidade revela um problema central para a estratégia socialista. Assumir um cargo governamental pode ser um passo importante em direção à transformação sistêmica, mas confundir essas duas formas de poder como sendo uma só pode ter consequências perigosas. Uma análise clara de onde reside o poder e como suas diferentes formas interagem é necessária para evitar padrões que assolaram processos revolucionários em todo o mundo.

Uma vitória eleitoral pode ser confundida com um acontecimento revolucionário quando um partido de esquerda assume o cargo, mesmo que o aparato estatal mais amplo, a economia e as instituições que moldam o senso comum permaneçam amplamente fora do seu controle. Por outro lado, um movimento socialista pode possuir considerável força social sem ser capaz de traduzir essa força em autoridade governamental ou em mudanças nas estruturas do Estado e da economia. A classe dominante exerce poder por meio do seu controle sobre a produção e as estruturas que a reforçam,

enquanto a classe trabalhadora exerce poder coletivo por meio de greves, manifestações e das organizações que constrói por meio da luta. Usar uma única palavra – poder – para todas essas capacidades diferentes pode confundir a estratégia política. Neste dossiê, portanto, distinguimos três formas relacionadas de poder como uma estrutura analítica para debate e discussão:

- **Poder social** é a capacidade organizada de uma classe ou bloco político de agir coletivamente, reproduzir a vida material e contestar o comando da classe dominante sobre a sociedade. Ele é construído através de instituições de luta e cooperação, tais como sindicatos, organizações camponesas e de mulheres, cooperativas, estruturas comunitárias, projetos culturais e de mídia, educação política e partidos políticos. Por meio dessas dessas instituições, uma classe ou bloco político pode lutar para remodelar o senso comum e estabelecer liderança moral e intelectual.

- **Poder governamental** é a capacidade de assumir a autoridade governamental, seja por meio de eleições, insurreição ou outra ruptura política, e de usar instituições executivas, legislativas e administrativas para buscar um programa. Ele fornece acesso a instrumentos importantes de administração e política, mas não equivale, por si só, ao controle do Estado ou do sistema mais amplo.

- **Poder sistêmico** é a capacidade de transformar o caráter de classe e a forma institucional do Estado, colocar os principais meios de produção e o excedente social sob autoridade democrática, e reorganizar as relações por meio das quais a

> sociedade se reproduz. Ele inclui o poder estatal, mas não pode ser reduzido a ele, porque as relações sociais capitalistas são reproduzidas para além das instituições formais do Estado – pela propriedade propriedade, finanças, mercado mundial, relações coloniais, cultura e reprodução social – e muitas dessas relações excedem o alcance de qualquer governo ou Estado nacional isolado.

Essas formas são distinções analíticas, não compartimentos estanques, e não constituem uma sequência fixa. Elas se sobrepõem, desenvolvem-se de forma desigual e podem puxar em direções opostas. O poder governamental pode se tornar uma ponte entre o poder social organizado e a transformação sistêmica. Ele também pode enfraquecer a organização popular e reconciliá-la com o sistema existente. A questão estratégica central, portanto, não é qual forma de poder importa, mas como as três podem ser conectadas em um processo de emancipação.



Poder social

A sociedade não é meramente uma coleção de indivíduos. Somos formados por meio de relações sociais e instituições historicamente específicas: lares e comunidades, locais de trabalho e de produção, escolas e instituições religiosas, organizações culturais e de mídia, plataformas digitais e as instituições do Estado. Essas esferas se sobrepõem. Escolas e mídia, por exemplo, podem ser organizadas pelo Estado, pelo capital ou por outras forças sociais, enquanto os locais de trabalho são tanto locais de produção quanto de vida social cotidiana. Por meio dessas relações e instituições, as pessoas desenvolvem compreensões sobre o que é natural e possível, legítimo e ilegítimo, e o que pode ou deve ser resistido.

As pessoas vivenciam este mundo de diferentes maneiras e se relacionam umas com as outras por meio de relações desiguais de propriedade e produção: como proprietários de capital, trabalhadores assalariados, camponeses, inquilinos, credores, devedores e como pessoas cujo trabalho não remunerado sustenta lares e comunidades. Essas relações de classe se cruzam com hierarquias herdadas de gênero, raça, casta, nacionalidade e outras formas de opressão. Poder social é a capacidade organizada de intervir nesse campo e contestar sua direção.

Antonio Gramsci buscou capturar parte desse processo por meio do conceito de hegemonia, baseando-se em parte no trabalho de Vladimir Lênin e em debates marxistas anteriores (Anderson, 2017a, 2017b). Para Gramsci, hegemonia não é simplesmente manipulação

ideológica. É a capacidade de uma classe ou bloco político estabelecer liderança na sociedade por meio do consentimento, apoiado pelo poder coercitivo do Estado, enquanto incorpora algumas demandas das classes subordinadas em um acordo mais amplo. Uma classe dominante não apresenta seus interesses meramente como seus, mas como os interesses da sociedade como um todo. Para Gramsci, o Estado, nesse sentido mais amplo, abrange tanto a sociedade política, onde a autoridade coercitiva está concentrada, quanto a sociedade civil, onde o consentimento é organizado. Ele descreveu essa relação como "hegemonia protegida pela couraça da coerção" (Gramsci, 1971).

Nenhuma ordem dominante pode ser mantida indefinidamente apenas pela força. Deve persuadir setores substanciais da população de que a ordem existente é legítima, inevitável ou preferível a qualquer alternativa. O poder capitalista é, portanto, exercido por meio da propriedade dos meios de produção, bem como por meio da organização da vida social. A classe capitalista controla o investimento e o emprego, possui grande parte da mídia e incorpora seus pressupostos na lei, na educação, nas instituições políticas, na publicidade e na cultura popular. A linguagem ajuda a definir a realidade para se adequar à arquitetura do poder: a competição torna-se "a sobrevivência do mais apto", a desigualdade é vista como o resultado da (in)capacidade individual, a pobreza como fracasso pessoal, a austeridade como responsabilidade financeira, a privatização como eficiência e os ataques aos direitos dos trabalhadores como reforma do mercado de trabalho.

O consentimento não é produzido apenas por persuasão explícita. Ludovico Silva usou o conceito de "mais-valia ideológica" para descrever como as comunicações de massa, a publicidade e o entretenimento podem reproduzir o apego à ordem existente no nível da consciência. Theodor Adorno descreveu um processo relacionado como a "mensagem oculta": pressupostos incorporados sob o conteúdo manifesto de um drama televisivo, um anúncio ou uma reportagem podem escapar ao escrutínio consciente e ajudar a moldar o que parece normal, possível ou desejável. Isso ajuda a explicar como a austeridade pode parecer uma responsabilidade em vez de uma escolha política. Práticas coletivas de organizações, luta e estudo podem tornar esses pressupostos visíveis, permitindo que sejam questionados e superados (Ludovico, 1970; Adorno, 1954).

O poder social não é apenas ideológico, cultural ou simbólico: suas bases materiais e organizacionais também são decisivas. Um fundo sindical que sustenta uma greve, uma cooperativa que organiza a produção, uma associação de camponeses que defende a terra, uma cozinha comunitária que atende às necessidades sociais e uma organização de mulheres que oferece proteção e educação política, todas criam capacidades práticas. Elas permitem que as pessoas sobrevivam, deliberem, coordenem ações, exerçam formas de autoridade coletiva, bem como construam confiança e uma base para atender às suas necessidades mais básicas. Cooperativas, por exemplo, também podem ser escolas de autogestão e centros de poder social, embora permaneçam condicionadas pelos mercados, pelo crédito, pelo direito de propriedade e pelo equilíbrio mais amplo das forças de classe (Instituto Tricontinental, 2025). Elas contribuem para a transformação sistêmica apenas quando conectadas a um projeto mais amplo

capaz de mudar essas condições. Essas instituições, como argumentamos anteriormente, podem incorporar o "Ainda-Não" do socialismo — as antecipações materiais de diferentes relações sociais nas quais os trabalhadores desenvolvem capacidades coletivas que apontam para além da organização capitalista (Instituto Tricontinental, 2026).

A luta pelo poder social deve desafiar tanto o poder material da classe dominante quanto sua capacidade de apresentar seus interesses como o senso comum da sociedade. Não pode fazer isso apenas por meio de propaganda. Os movimentos socialistas constroem hegemonia por meio da luta, da organização, da formação política e da criação de instituições nas quais as pessoas adquirem a capacidade de analisar e agir. A práxis — a unidade da teoria e da prática transformadora — exige que as ideias sejam desenvolvidas, testadas e refinadas por meio da ação. A linha de massas é um método político para colocar essa relação em prática. Começa por aprender com as experiências e ideias das pessoas, reunindo-as por meio de estudo e da análise política, devolvendo um programa mais claro para a ação coletiva. Esse programa é então testado na prática, suas lições são reunidas e o processo é repetido. A linha de massas, portanto, não é a imposição de ideias de cima para baixo ou uma celebração da espontaneidade, mas um movimento contínuo entre a experiência popular, a análise política e a ação coletiva.

Os sindicatos não apenas negociam por salários mais altos e melhores condições de trabalho, mas também podem transformar a forma como essas condições são compreendidas. Por meio da luta coletiva, os baixos salários podem passar a ser vistos não como um infortúnio

individual, mas como parte de um sistema mais amplo de exploração que pode ser mudado por meio da ação de massas organizada. Da mesma forma, as lutas por moradia e educação podem transformar ansiedades privadas em questões políticas. Organizar-se contra a violência de gênero oferece outro exemplo: pode revelar que a violência na família e no lar não é meramente privada, mas é sustentada por hierarquias sociais como o patriarcado, que se cruzam com as relações de classe (Federici, 2024). Tais lutas e demandas imediatas podem se tornar a matéria-prima a partir da qual uma consciência política mais ampla se desenvolve.

O poder social cresce quando lutas dispersas são trazidas para um projeto político comum. Isso requer organizações que sejam capazes de ressoar com a experiência imediata da classe trabalhadora e do campesinato e conectá-la a uma análise do todo. Essas organizações acumulam a história da luta, os momentos de raiva que podem conter um potencial extraordinário de transformação, mas que também podem ser passageiros. Milhões ocupam as ruas do Cairo e de Nairóbi, Jacarta e Déli, Buenos Aires e Quito, mas deixam para trás pouca capacidade duradoura. As classes dominantes nesses países desenvolveram seus próprios métodos ao longo de mais de um século: *absorver* setores da liderança para a classe dominante e oferecer pequenas concessões à luta, *dividir* os movimentos enfatizando suas diferenças, *exaurir* os movimentos esperando que se cansem, e *reprimir* os movimentos a fim de restaurar a ordem quando tudo o mais parece falhar.

Para que a mobilização se torne um poder social duradouro, ela deve criar ou fortalecer instituições: sindicatos, organizações camponesas,

organizações de mulheres, cooperativas, movimentos culturais, centros comunitários, escolas de formação política, projetos de mídia e partidos políticos. Sem tais instituições, mesmo uma imensa raiva popular pode deixar pouca capacidade de agir após o confronto imediato. A tarefa da organização não é dar lições aos movimentos de fora ou meramente celebrar sua espontaneidade. É trabalhar dentro deles, aprender com sua experiência, ajudar a identificar as forças que produzem suas condições e conectar as demandas imediatas à estrutura da sociedade capitalista. A educação política se desenvolve por meio desse processo, mas não se limita a ele. Partidos e movimentos também criam espaços deliberados para estudo e formação — escolas, cursos, grupos de estudo e outras formas de aprendizado coletivo — onde as pessoas podem interpretar sua experiência, aprofundar sua compreensão teórica, desenvolver capacidades organizacionais e construir uma orientação política compartilhada. A educação política é, portanto, ao mesmo tempo enraizada na luta e conscientemente organizada (Assembleia Internacional dos Povos, 2025).

Organizações populares, no entanto, não estão imunes às relações que buscam superar. Uma hierarquia pode se desenvolver dentro da própria classe trabalhadora quando dirigentes, funcionários ou especialistas formam uma camada burocrática separada da base. Instituições duradouras devem, portanto, preservar a participação democrática, a crítica, a rotatividade e a prestação de contas, em vez de tratar a organização em si como uma garantia contra a burocratização ou a reprodução da hierarquia. Sua vitalidade democrática não é garantida: ela depende do contato sustentado com as massas e da educação política regular entre os quadros (Tse Tung, 1965).

Em grande parte do mundo, décadas de austeridade corroeram a provisão pública e os padrões de vida nas comunidades da classe trabalhadora. Mobilizações de massa surgiram contra políticas e condições que tornaram a sobrevivência cotidiana mais precária. Os levantes árabes, o Occupy Nigeria, o *Estallido Social* (Levante Social) do Chile e o Aragalaya (Luta) do Sri Lanka levaram, cada um, milhões às ruas contra condições que se tornaram intoleráveis (Bevins, 2023). Suas diferentes trajetórias alertam contra o tratamento da mobilização como poder social consolidado. Onde a organização duradoura, um programa comum e instituições independentes permanecem fracos, a energia da mobilização de massa pode ser canalizada para uma mudança de governo sem produzir uma mudança correspondente no equilíbrio subjacente das forças de classe. O poder social se torna duradouro quando as classes populares possuem instituições por meio das quais podem formular demandas, coordenar ações, formar seus próprios intelectuais, reproduzir a vida coletiva e impor limites à classe dominante. Ele pode existir antes que um partido socialista entre no governo. De fato, sem ele, uma vitória eleitoral pode deixar o equilíbrio de forças subjacente praticamente inalterado.

O poder social pode ajudar a defender instituições públicas, resistir a golpes, bloquear a privatização e remodelar o vocabulário político e moral da sociedade. No entanto, o poder social por si só permanece limitado enquanto o poder decisivo sobre investimento, produção e terra permanecer concentrado no capital, enquanto as instituições de lei e coerção continuarem reproduzindo a ordem de classe existente. Ele pode contestar a liderança da classe dominante na sociedade, mas não transforma por si só as relações de propriedade capitalistas ou o caráter de classe do Estado.



Poder governamental

Ao longo do século XIX, partidos operários modernos e movimentos de libertação nacional buscaram autoridade governamental por meio de eleições, insurreição e guerra anticolonial. Experiências tão diferentes quanto as revoluções na Rússia, China e Cuba, a eleição de um governo comunista em Kerala, na Índia, em 1957, a vitória de Kwame Nkrumah na primeira eleição presidencial de Gana em 1960, o governo da Unidade Popular no Chile em 1970 e a vitória de Hugo Chávez na Venezuela em 1998 mostram que adquirir autoridade governamental é um momento importante, porém parcial, em uma luta mais ampla pelo poder.

Apesar dos imensos desafios enfrentados pelos governos de esquerda, tanto em nível nacional quanto subnacional, a importância do poder governamental não deve ser subestimada. Os governos coletam e alocam parte do excedente social, definem orçamentos, nomeiam funcionários, administram serviços públicos, regulam a economia e tomam decisões que afetam toda a população. Governos de esquerda aumentaram salários, reduziram a jornada de trabalho, expandiram a educação e a saúde, redistribuíram terras, protegeram inquilinos, reconheceram os direitos de comunidades oprimidas e ampliaram o espaço no qual as organizações da classe trabalhadora podem atuar. Uma refeição escolar, a proteção contra o despejo ou um salário mínimo mais alto podem transformar a vida cotidiana. Reformas conquistadas por meio da luta são conquistas materiais cuja defesa pode fortalecer a confiança e a compreensão das classes populares em seu poder coletivo (Gorz, 1967).

O governo, no entanto, deve ser distinguido do Estado e do sistema como um todo. "Sobre a Nova Democracia", de Mao Zedong, distingue entre o caráter de classe do sistema estatal e a forma de governo por meio da qual o poder político é organizado (Tse Tung, 1965). Uma mudança de governo pode alterar a política e a composição das instituições executivas ou legislativas sem mudar o caráter de classe do Estado. Em uma transição revolucionária, no entanto, o poder de classe e a forma institucional não podem ser separados: um novo poder de classe requer instituições por meio das quais possa ser organizado e exercido.

A autoridade governamental também coexiste com outros centros de poder político: tribunais, burocracia permanente, polícia e forças armadas, bancos centrais, ministérios das relações exteriores e corpo diplomático, administrações subnacionais e instituições que moldam a opinião pública. Cargos executivos e legislativos podem estar abertos à disputa eleitoral, mas o controle sobre eles não equivale ao comando sobre todo esse campo. Juízes, generais, altos funcionários, diplomatas e banqueiros centrais podem considerar-se guardiões de uma ordem duradoura e podem obstruir a legislação, restringir a política econômica ou resistir a um governo que ameace interesses estabelecidos. Forças de trabalho especializadas como essas não podem ser substituídas da noite para o dia, deixando os governos de esquerda vulneráveis à sabotagem econômica e tecnocrática, como demonstrado pela greve e locaute do petróleo de 2002–2003 na Venezuela, durante os quais forças de oposição e gerentes e técnicos da empresa estatal Petróleos de Venezuela, S.A. (PDVSA) praticamente paralisaram a produção de petróleo por dois meses. Um governo de esquerda pode, portanto, possuir considerável autoridade

governamental enquanto ainda enfrenta poderes econômicos e institucionais que não controla. O poder governamental é, portanto, um *terreno* de luta, em vez da conclusão da luta (Poulantzas, 1978, p. 128–129).

Operar por meio de instituições herdadas cria outro perigo. Para funcionar, os funcionários de esquerda devem aprender procedimentos administrativos e adquirir competência técnica. Com o tempo, eles também podem internalizar as suposições do Estado sobre o que é razoável e possível e passar a tranquilizar credores, satisfazer mercados, adiar reformas e traduzir demandas populares em formas administrativamente gerenciáveis como requisitos inevitáveis de governar. Essa não é simplesmente uma história de indivíduos fracos abandonando suas convicções. Seres humanos e organizações são moldados por seus ambientes institucionais. A participação prolongada em cargos governamentais pode transformar o compromisso temporário em rotina, a rotina em justificativa e a justificativa em uma perspectiva política transformada (Przeworski, 1985; Miliband, 1961).

Um governo de esquerda enfrenta três tentações conectadas: adaptação, substituição e patrocínio.

- **Adaptação:** Um governo se adapta quando aceita gradualmente os limites impostos pelo sistema existente e se torna um administrador da ordem que prometeu mudar. A adaptação subordina o programa ao equilíbrio de forças existente.

- **Substituição**: Um governo começa a agir como um substituto para a organização popular quando assume que, porque age em nome do povo, sua ação administrativa pode substituir a atividade organizada do povo. Pede-se aos movimentos que esperem, permaneçam disciplinados ou defendam o governo sem críticas, enquanto a iniciativa de massa independente passa a ser tratada como uma ameaça.
- **Patrocínio**: Um governo se engaja em patrocínio quando cria organizações apresentadas como populares, define seu escopo de ação, financia-as e celebra-as como expressões da organização popular. O apoio público à organização autônoma não é, por si só, o problema. O perigo surge quando estruturas criadas ou validadas pelo Estado deslocam organizações que surgiram através da luta, tornam-se dependentes da orientação oficial ou entram em colapso quando o apoio governamental termina.

A experiência do Chile sob o governo da Unidade Popular (1970–1973) é um exemplo claro dessas contradições (Instituto Tricontinental, 2023). A vitória eleitoral permitiu ao governo buscar um programa ambicioso de nacionalização e redistribuição, enquanto trabalhadores e comunidades desenvolviam formas próprias de organização e coordenação. Ao mesmo tempo, os militares, o judiciário e a burocracia permaneceram em grande parte intactos, enquanto a mídia privada e o capital nacional e estrangeiro retiveram um poder significativo. Essas restrições internas foram reforçadas pela intervenção imperial dos EUA. A administração Nixon buscou desde o início impedir que o então presidente Salvador Allende consolidasse o poder, enquanto a CIA financiava secretamente partidos

de oposição, mídia e organizações do setor privado e trabalhava para enfraquecer o governo da Unidade Popular. A autoridade governamental, o poder popular organizado, o aparato estatal herdado, o poder capitalista doméstico e o poder internacional exercido pelo Estado dos EUA interagiram e entraram em conflito dentro de um único processo. O golpe de 1973 não pode ser explicado apenas por uma incapacidade da ação governamental ou por uma mobilização popular insuficiente. A experiência chilena mostra que a luta pelo poder governamental, social e sistêmico se desenrola simultaneamente nos níveis nacional e internacional e ressalta por que a relação entre essas formas de poder deve ser tratada estrategicamente (Instituto Tricontinental, 2023).

Kerala ilustra um conjunto diferente, mas relacionado, de restrições. Em 1957, pouco depois de Kerala ser constituído como um estado dentro da Índia, o Partido Comunista da Índia ganhou o maior número de assentos na assembleia estadual e o primeiro ministro-chefe (popularmente conhecido como EMS) levou seu partido ao governo. EMS buscou usar os poderes disponíveis a um governo estadual para promover a reforma agrária, regular o sistema educacional, fortalecer as proteções trabalhistas e expandir o fornecimento público de grãos alimentícios. Essas reformas se basearam em um movimento comunista com raízes profundas entre arrendatários, trabalhadores agrícolas e outros setores organizados das classes populares, mas a autoridade governamental em Kerala permaneceu limitada pelo sistema federal da Índia e pelos poderes exercidos em nível nacional. Em 1959, após uma forte campanha da oposição, o governo da União liderado pelo Partido do Congresso destituiu o ministério comunista sob o Artigo 356 da Constituição. A

experiência de Kerala, portanto, mostra a capacidade do poder social organizado quando traduzido em autoridade governamental, e os limites deste poder quando a ordem estatal e econômica mais ampla permanece fora de seu controle.

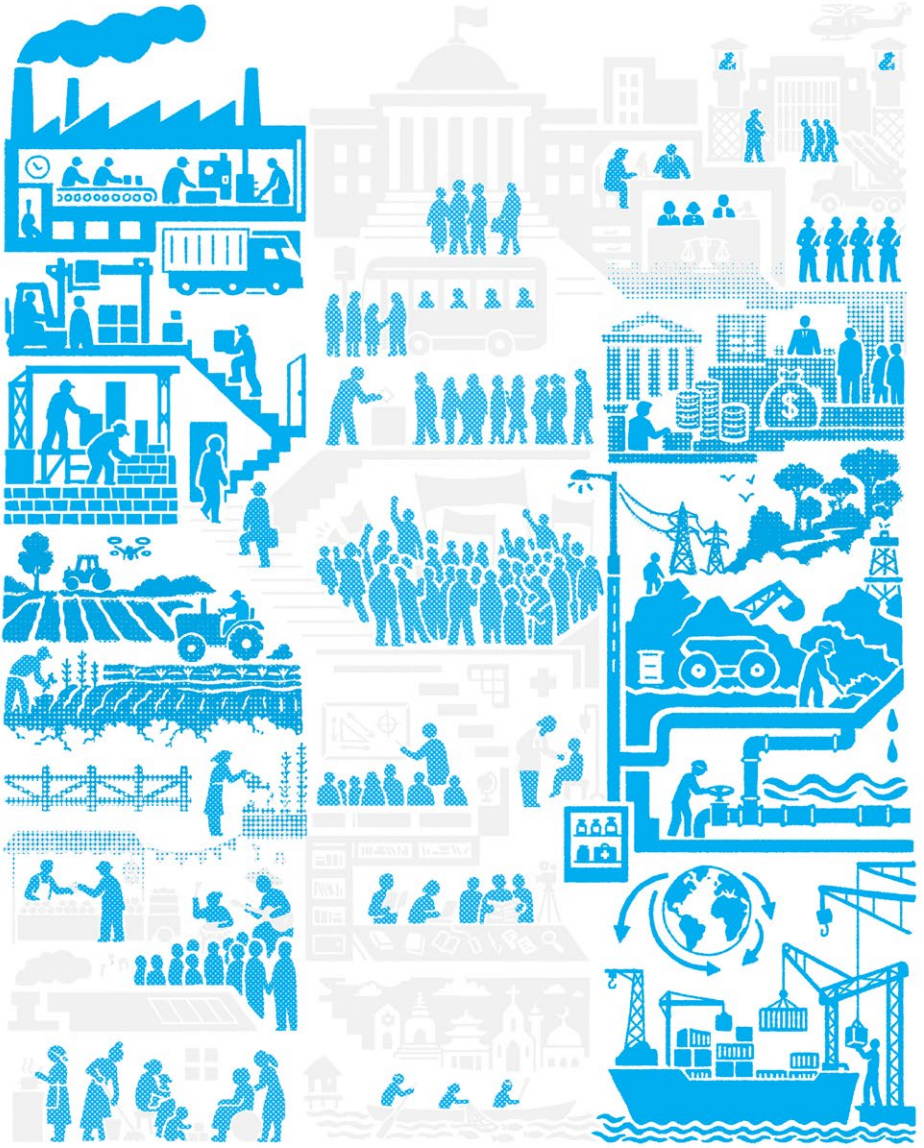
A questão não é se a participação governamental é inerentemente revolucionária ou reformista. É como a participação no governo altera o equilíbrio de forças: se fortalece a capacidade independente das classes populares, absorve o movimento para dentro das instituições estatais herdadas ou produz ambas as tendências em tensão.

Sob essa perspectiva, o poder governamental é mais produtivo quando fortalece o poder social ao mesmo tempo em que abre um caminho para a transformação sistêmica. Um governo de esquerda pode ampliar o espaço organizacional de trabalhadores e camponeses, expandir o acesso à informação, transferir recursos para instituições populares, submeter decisões econômicas ao debate público e tornar visíveis as formas como o capital obstrui a reforma. Ao fazer isso, o governo de esquerda não apenas busca reformas por meio do cargo governamental, mas pode usar esse cargo para ajudar a construir um bloco político mais amplo das classes populares capaz de desafiar o sistema entrincheirado pelo poder capitalista.

A relação entre movimentos e funcionários deve permanecer dialética. Os movimentos não devem se tornar apêndices do governo, nem devem agir como se as decisões governamentais fossem irrelevantes. Os governos precisam de pressão popular para romper com hábitos burocráticos e a resistência das elites, e os movimentos precisam de políticas e recursos públicos para melhorar a vida das pessoas

em escala e expandir sua capacidade de luta. Conflitos podem surgir quando trabalhadores e comunidades se opõem às decisões de um governo de esquerda, mas uma cultura política revolucionária deve ser capaz de navegar por tais conflitos sem tratar a crítica como traição.

O poder governamental é valioso, mas instável. Ele é moldado pelo poder acumulado na sociedade enquanto opera dentro das estruturas mais profundas do Estado e da economia. Se as forças sociais organizadas forem fracas ou amplamente ausentes, ele pode ser neutralizado e se tornar um instrumento de desmobilização caso a manutenção do cargo se torne mais importante do que a manutenção de um projeto político independente. A avaliação de se é benéfico ocupar o poder governamental em um determinado contexto deve, portanto, considerar o quanto aquele governo possibilitou avançar na organização, na vida material e na confiança de classe, além de o quanto a extensão prolongada no governo levou movimentos e funcionários a internalizar a lógica do Estado capitalista. Nenhuma fórmula resolve esse elemento de antemão, mas a questão em si não pode ser evitada.



Poder sistêmico

O Estado é frequentemente descrito como um instrumento neutro que implementa o programa de quem quer que vença uma eleição. Não é assim. O Estado capitalista moderno não surgiu em terreno vazio. Suas leis, formas de propriedade, rotinas administrativas, instituições coercitivas e ideias de ordem desenvolveram-se paralelamente ao capitalismo. Ele pode restringir capitalistas individuais, regular mercados, tributar a riqueza, construir sistemas de bem-estar social e nacionalizar indústrias, muitas vezes como resultado da luta popular. Mas restringir uma seção do capital não é o mesmo que superar o poder capitalista. O Estado pode disciplinar capitalistas específicos ou frações do capital a fim de preservar as condições para a acumulação e o sistema capitalista como um todo (Poulantzas, 1978; Block, 1977).

No Sul Global, as relações que a transformação sistêmica deve enfrentar também são moldadas pela conquista colonial e suas consequências. As administrações coloniais reorganizaram a terra, o trabalho, a tributação, as fronteiras, o *status* legal e a coerção para servir à extração e ao domínio imperial. A independência formal estabeleceu a soberania nacional, mas não transformou automaticamente as economias estruturadas em torno da exportação de matérias-primas, da propriedade desigual da terra, das hierarquias raciais e étnicas, das finanças externas ou das instituições administrativas separadas do povo. A transformação sistêmica nessas condições, portanto, deve confrontar tanto as relações de classe domésticas quanto as relações internacionais e neocoloniais por meio das quais

elas são reproduzidas. Suas dimensões de classe, nacionais, anticoloniais e anti-imperialistas não podem ser separadas ou tratadas como adições a um modelo derivado dos centros capitalistas.

Vimos essa dinâmica se desenrolar ao longo da história. Quando as forças anticoloniais conquistaram o poder estatal, muitas buscaram romper as formas de dominação externa que Nkrumah chamou de "neocolonialismo" e estabelecer uma soberania nacional substantiva. Suas trajetórias, no entanto, divergiram (Chela & Prashad, 2024; Chelwa & Prashad, 2026). Processos revolucionários que desenvolveram projetos explicitamente socialistas, como os da China e do Vietnã, foram além ao transformar as relações de propriedade e as instituições estatais em um esforço para consolidar novas relações de poder de classe. No entanto, muitos outros projetos estatais anticoloniais foram posteriormente enfraquecidos, derrubados ou redirecionados por meio de golpes, crises de dívida e programas de ajuste estrutural apoiados pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Para grande parte do Sul Global, a luta pelo poder apareceu inicialmente como um confronto entre uma nação e as forças externas que a dominam, em vez de uma luta de classes imediatamente visível. Processos em países como a Venezuela e em todo o Sahel, por exemplo, começaram tentando reconstruir a soberania nacional (Instituto Tricontinental, 2025). Sob a pressão da dívida, sanções, proteções ao investimento estrangeiro, comércio desigual e dependência monetária, a soberania é, sem dúvida, um terreno necessário de luta e uma pré-condição para programas transformadores.

No entanto, o poder imperial é mediado não apenas por forças externas, mas também por forças de classe domésticas que se beneficiam da dependência, incluindo setores do capital comercial e financeiro e classes latifundiárias cuja acumulação está atrelada ao capital estrangeiro. Lutas que clamam por unidade nacional contra ataques externos sem confrontar as forças de classe domésticas por meio das quais das quais o poder imperial é reproduzido adiam a questão de quem controla a produção, a terra e os recursos nacionais, recuperando a soberania sem transformar as relações de produção e meramente substituindo uma elite alinhada ao estrangeiro por uma nacional. A soberania é, portanto, necessária para a transformação socialista, mas não pode substituí-la. A luta anti-imperialista e a luta de classes devem, portanto, ser compreendidas como dimensões entrelaçadas do mesmo processo.

Instituições e mecanismos financeiros são centrais para a arquitetura contemporânea do poder neocolonial: negociações de dívida podem se tornar mecanismos para impor austeridade e privatização, enquanto bancos, mercados de títulos e investidores institucionais moldam se os Estados podem obter crédito e sob quais termos. Acordos de comércio e investimento podem restringir ainda mais o espaço de política disponível para os governos. O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips) da Organização Mundial do Comércio estabelece padrões internacionais para a proteção da propriedade intelectual que podem reforçar direitos de monopólio sobre medicamentos, tecnologias e até mesmo variedades de plantas. Enquanto isso, o papel internacional dominante do dólar estadunidense confere aos Estados Unidos uma alavancagem particular por meio de um

sistema financeiro no qual reservas, comércio, dívida e pagamentos transfronteiriços permanecem fortemente denominados em dólares (Instituto Tricontinental, 2026). Agências de classificação de risco podem influenciar ainda mais o custo e a disponibilidade de empréstimos. Corporações multinacionais exercem um poder enorme por meio do controle sobre cadeias globais de suprimentos, tecnologias, patentes e investimentos (Tandon, 2015).

A transformação sistêmica deve também confrontar o legado colonial herdado de economias que frequentemente dependem de rendas derivadas de uma única *commodity* de exportação. Sob um governo radical, petróleo, minerais e outras exportações podem fornecer recursos para redistribuição e investimento público, mas a dependência de tais receitas deixa o processo exposto a colapsos de preços, sanções, controle estrangeiro do comércio e da tecnologia, e à persistência de uma estrutura produtiva extrativista. A receita pode ampliar o espaço para ação sem, por si só, transformar a base produtiva necessária para sustentar a soberania.

Dentro desta arquitetura de poder, a desigualdade econômica é preservada enquanto aos trabalhadores são concedidos certos direitos políticos como cidadãos formalmente iguais perante a lei. Dentro da produção, os capitalistas continuam possuindo ou controlando o capital e exercendo autoridade sobre o investimento, a tecnologia, o emprego e o processo de trabalho, enquanto os trabalhadores dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver. A igualdade política formal é significativa, mas, dentro dessa estrutura, ela repousa sobre uma base social de desigualdade econômica.

O poder sistêmico busca transformar essa arquitetura mais ampla, que está inserida nas relações por meio das quais a vida material é organizada: propriedade privada, trabalho assalariado, finanças, terra, reprodução social, divisão do trabalho e o mercado. Esta arquitetura une o local de trabalho e o ministério, o credor e o banco central, a corporação e o acordo comercial, o Estado herdado e o mercado mundial. Embora historicamente produzidas, essas relações passam a parecer leis naturais e imutáveis que governam a vida social, em vez de relações sociais que os seres humanos criaram e podem transformar.

Um caminho através desta contradição é introduzir novas relações socialistas dentro de instituições e estruturas produtivas ainda inseridas na velha ordem – o que Chávez chamou de "estratégia do enxerto" [*estrategia del injerto*]. Um enxerto, explicou ele, é uma nova unidade de propriedade social estabelecida como um "centro de gravidade" dentro de uma economia ainda dominada pelo capital. Não se pretende que permaneça um enclave e deve estender sua influência "em todas as direções": ao longo das cadeias de suprimentos, na distribuição e nas escolas, moradias e vida comunitária ao seu redor. Deixado sozinho, alertou ele, o "mar do capitalismo" engoliria o enxerto, esmagando-o completamente ou absorvendo-o de volta às relações capitalistas, mesmo enquanto permanecesse formalmente de propriedade social (Chávez, 2015). Nesse experimento, o poder governamental foi usado para ajudar a construir o poder social, com ambos direcionados para a transformação sistêmica.

No caminho para a transformação sistêmica, diferentes processos revolucionários, da Venezuela à União Soviética e à China,

basearam-se nas lições da Comuna de Paris de 1871. Como Marx escreveu, essa experiência mostrou que a classe trabalhadora não poderia simplesmente tomar posse da maquinaria estatal existente e usá-la inalterada para novos propósitos (Marx, 2021). Lenin desenvolveu ainda mais esse argumento em *Estado e revolução* (Lenin, 1964). O problema, para ambos, não era a administração em si – toda sociedade complexa requer coordenação, conhecimento, registros, planejamento e tomada de decisão coletiva –, mas a separação dessas capacidades do controle popular e sua concentração em um poder especializado acima da sociedade. Um processo revolucionário enfrenta um problema prático adicional: movimentos que desenvolvem grandes capacidades de organização e luta não possuem automaticamente as capacidades técnicas e administrativas necessárias para governar instituições complexas. Construir essas capacidades enquanto se mantém o controle popular é, portanto, parte da transformação sistêmica.

Transformar o poder estatal, portanto, exige mais do que substituir ministros conservadores por ministros socialistas. Exige democratizar a administração e confrontar instituições coercitivas que não são politicamente neutras. A polícia, as forças armadas e os órgãos de segurança podem precisar ser subordinados ao controle democrático e popular, transformados por dentro, substituídos por novas formas de defesa popular ou reformulados por meio de alguma combinação desses processos. A transformação sistêmica também exige refazer instituições cujas rotinas reproduzem a dominação de classe, colonial, racial, de casta e patriarcal. A democracia não pode se limitar a eleições periódicas, mas deve se estender por todo o processo de governo: identificar necessidades, deliberar sobre prioridades, tomar

decisões, implementá-las, avaliar resultados e corrigir erros. O planejamento democrático deve, da mesma forma, coordenar necessidades e capacidades entre locais de trabalho, regiões, setores e gerações, em vez de deixar essas decisões apenas para ministérios, especialistas técnicos ou o mercado.

No entanto, a transformação política atinge seu limite se a produção permanecer fora do controle democrático. Enquanto as principais decisões sobre investimento e produção permanecerem sob controle privado, o capital retém poder decisivo sobre o que é produzido, para onde o investimento flui, quais tecnologias são desenvolvidas, cujo trabalho é empregado e o que é abandonado como não lucrativo. Um governo pode legislar em nome do povo enquanto a acumulação privada ainda governa as bases materiais da vida. Um processo revolucionário deve, portanto, socializar as principais decisões que organizam a existência coletiva. Isso pode exigir controle público democrático de finanças, energia, minerais, transporte, comunicações, indústria em larga escala, terra e outros setores estratégicos. A propriedade pública pode ser necessária em tais setores, mas não é suficiente. Uma empresa estatal pode preservar a hierarquia no local de trabalho, o privilégio burocrático e a exclusão de trabalhadores e comunidades. A socialização deve estender a autoridade democrática para a produção, o planejamento, o investimento e a alocação do excedente social. Ela deve coordenar entre regiões e setores, levar em conta os limites ecológicos e equilibrar as necessidades imediatas com prioridades sociais e ecológicas de longo prazo.

As perguntas são concretas:

- Quem decide o que uma fábrica ou fazenda produz?
- Quais necessidades sociais são priorizadas?
- Sob quais condições o trabalho é realizado?
- Que consequências a produção tem para as comunidades e ecossistemas ao redor?
- Quem controla o excedente e para quais propósitos ele é direcionado?
- Que autoridade os trabalhadores possuem no planejamento e na gestão?

Essas não são questões administrativas secundárias. Elas determinam se a produção é reorganizada em torno das necessidades humanas ou meramente administrada por uma nova camada gerencial.

A transformação sistêmica também deve envolver a criação de novas instituições de autoridade e participação popular. Suas formas diferiram historicamente: comunas, sovietes e conselhos, congressos populares, comitês de vilarejos e bairros, órgãos consultivos, organizações de massa, frentes populares, conselhos comunais e mecanismos de supervisão e revogação popular. As comunas da Venezuela, por exemplo, fornecem um exemplo concreto de esforços para construir autoridade popular por meio da organização territorial, recursos públicos e produção coletiva, que passam a ser cada vez mais contestados à medida que constroem o poder popular e o equilíbrio de forças para a transformação sistêmica. O que importa é se elas

permitem que as pessoas deliberem, decidam, implementem, supervisionem e corrijam, e se sua autoridade se expande em relação à burocracia e ao capital.

Instituições populares também podem ser esvaziadas por organizações que afirmam agir em seu nome. Em sua carta de março de 1920 a Lênin, Peter Kropotkin alertou que os comitês partidários haviam deslocado os sovietes na prática e reproduzido os defeitos da burocracia. O ponto não é contrapor organização à espontaneidade, mas garantir que partidos, funcionários e órgãos administrativos permaneçam responsáveis perante as instituições por meio das quais trabalhadores e comunidades exercem iniciativa e autoridade (Peter Kropotkin, 1995).

O novo Estado permanece um terreno de luta. Funcionários podem adquirir privilégios, especialistas podem se isolar da supervisão democrática e instituições revolucionárias podem se tornar distantes das pessoas que as criaram. A autoridade política também pode contribuir para transformar a subjetividade humana, como argumentou Che Guevara em suas reflexões sobre a consciência socialista e o "novo ser humano", mas essa transformação depende da participação consciente e de novas relações sociais, e não apenas da exortação administrativa (Guevara, 1965).

Uma nova ordem não pode simplesmente apagar nem aceitar como inalterados os conceitos de autoridade, justiça, comunidade, liderança e obrigação que ela herda. Ela deve trabalhar criticamente através das formas culturais herdadas, preservando e transformando o que pode servir a um projeto emancipatório, enquanto contesta as

hierarquias que elas contêm. As tradições revolucionárias enfrentaram repetidamente esse problema. Esforços para desenvolver o marxismo em relação às condições históricas chinesas, o chamado de Amílcar Cabral para um "retorno à fonte" e a reafricanização, e a insistência de José Carlos Mariátegui de que o socialismo nas Américas deve ser uma "criação heroica" em vez de uma cópia ou imitação, todos colocam uma questão comum: como pode um processo revolucionário aproveitar as tradições culturais vivas enquanto transforma as relações de dominação nelas embutidas? (Cabral, 1970; Mariátegui, 1928, Vanden & Becker 2011).

Por todas essas razões, o poder revolucionário deve ser medido pela expansão contínua da capacidade popular, que se reflete na cultura revolucionária. Um Estado não pode ser considerado socialista apenas porque levanta uma bandeira vermelha ou usa linguagem revolucionária. Seu caráter deve ser julgado concretamente:

- Os trabalhadores e as comunidades estão ganhando autoridade sobre a produção e o planejamento?
- Os camponeses estão ganhando poder sobre a terra e a agricultura?
- As mulheres e as comunidades oprimidas estão adquirindo meios institucionais para transformar a vida social?
- As pessoas são capazes de supervisionar órgãos públicos e corrigir políticas?
- As novas instituições estão reduzindo a separação entre governantes e governados?

O poder sistêmico não é um aparato a ser capturado de uma vez por todas. É a capacidade de transformar e reproduzir relações sociais sob direção popular contínua.



O poder como processo

As três formas de poder — social, governamental e sistêmico — não são degraus de uma escada que todo movimento sobe em uma ordem fixa: eles se desenvolvem simultânea e desigualmente. Em crises revolucionárias, centros rivais de autoridade política podem surgir e coexistir — o que Lênin descreveu na Revolução Russa como "duplo poder". Instituições revolucionárias podem exercer autoridade paralelamente e em competição com as do Estado existente. As áreas de base revolucionárias na China oferecem um exemplo relacionado, mas distinto: organização social, autoridade armada, administração, reforma agrária e novas instituições políticas desenvolveram-se juntas em territórios disputados entre forças revolucionárias e a ordem existente. Em outras circunstâncias, o poder social pode crescer por meio da organização legal, o poder governamental por meio de eleições, e o confronto sobre o poder sistêmico pode tornar-se agudo quando forças entrincheiradas obstruem a reforma.

A relação entre as três formas é central para a estratégia socialista:

- **Poder social** prepara as pessoas para governar desenvolvendo organização, conhecimento, confiança, cooperação material e unidade política. Sem poder social suficiente, um governo de esquerda pode tornar-se isolado e pode ser forçado ao recuo ou ao compromisso sob pressão do capital, da mídia hostil e de instituições estatais entrincheiradas. Mas o poder social que não desenvolve uma estratégia para a transformação governamental e sistêmica pode permanecer

incapaz de converter a força organizada em uma mudança social mais ampla.

- **Poder governamental** pode conquistar reformas, redirecionar recursos, abrir espaço institucional e expor os limites da ordem herdada. Ele pode servir como uma ponte do poder social organizado para a transformação sistêmica. Mas também pode conter movimentos, reduzir suas expectativas e transformar organizações independentes em máquinas eleitorais. Sem um poder social independente por trás dele, o governo pode ser isolado ou absorvido pela ordem existente; sem confrontar o poder sistêmico, suas reformas permanecem limitadas por estruturas que ele não controla.
- **Poder sistêmico** é exercido por meio da transformação da propriedade, da produção, do Estado e das relações mais amplas pelas quais o domínio capitalista é reproduzido. Mas a transformação sistêmica depende de um poder social sustentado para manter as novas instituições sob direção popular e de instituições políticas capazes de organizar e administrar as relações sociais transformadas. Sem isso, a transformação sistêmica pode gerar um novo poder que se coloca acima das pessoas em nome de quem ela age.

A estratégia política deve, portanto, fazer perguntas concretas em vez de inferir poder a partir de cargos, leis ou *slogans*:

- Uma luta específica deixa as pessoas mais bem organizadas, politicamente mais capazes e materialmente em melhor situação do que estavam antes?

- Como uma reforma altera o equilíbrio de forças entre as classes populares e o capital?
- Uma vitória eleitoral amplia a participação popular ou reduz cada vez mais a política ao trabalho de ministros e funcionários?
- Um programa público transfere autoridade para trabalhadores e comunidades ou a concentra em uma burocracia irresponsável?
- A nacionalização traz planejamento, investimento e o excedente social para o controle democrático, ou apenas substitui um proprietário privado por um gerente nomeado pelo Estado?
- A cooperação internacional expande a soberania coletiva ou reproduz a dependência?
- As novas instituições permitem que as pessoas critiquem os líderes, corrijam o curso da política e revoguem ou removam representantes que fazem mau uso de sua autoridade?

Essas perguntas ajudam a evitar dois erros opostos. A ilusão eleitoral confunde o controle do governo com o controle do sistema, enquanto a impaciência revolucionária descarta reformas, eleições e vitórias parciais porque elas não abolem imediatamente o capitalismo. As reformas podem construir poder social quando criam instituições duradouras, desenvolvem confiança política e esclarecem o conflito de classes. As eleições podem promover a política revolucionária quando ampliam a participação e expõem os limites das instituições existentes. O poder governamental pode se tornar uma

ponte para a transformação sistêmica quando a autoridade pública é usada para enfraquecer o poder do capital e fortalecer a capacidade popular independente.

O poder não é um objeto armazenado em um parlamento, ministério ou palácio presidencial. É uma relação entre forças sociais que é reproduzida pelas instituições e vida cotidiana. A classe dominante é poderosa não apenas porque controla os meios de produção e exerce influência no aparato coercitivo e outras instituições estatais, mas porque a propriedade privada, o trabalho assalariado, a lei, a educação, a cultura e as instituições de reprodução social reproduzem continuamente as relações sociais sobre as quais seu poder se baseia. A classe trabalhadora não se torna poderosa por declaração, mas desenvolvendo a capacidade prática de organizar a produção, sustentar comunidades, criar conhecimento, construir alianças, governar a sociedade e defender uma nova ordem.

Toda ordem dominante apresenta-se como permanente. Suas leis parecem mais antigas que a história, suas instituições mais sólidas que a pedra e suas desigualdades parte da ordem natural. No entanto, toda ordem social foi feita por seres humanos. O que foi feito pode ser refeito.

A medida do socialismo não é a cor de uma bandeira sobre um prédio do governo. É a crescente capacidade das pessoas comuns de moldar seu trabalho, sustentar a vida coletiva, participar do planejamento em toda a sociedade, governar suas comunidades, responsabilizar os líderes e determinar seu futuro compartilhado. A tarefa não é meramente colocar uma nova mão sobre a velha maquinaria,

mas transformar as instituições e as relações sociais por meio das quais das quais o poder é exercido e dar ao poder popular uma forma democrática duradoura. Esse é o horizonte: um povo aprendendo a governar a si mesmo e, por meio desse processo, aprendendo como construir um novo mundo.



Referências bibliográficas

Adam Przeworski, *Capitalism and Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

Adorno, Theodor W. 'How to Look at Television', *Quarterly of Film, Radio and Television* 8, n. 3, 1954.

Anderson, Perry. *The H-Word: The Peripeteia of Hegemony*. London: Verso, 2017.

Anderson, Perry. *The Antinomies of Antonio Gramsci*. London: Verso, 2017.

Assembleia Internacional dos Povos; Internationalist Collective of Political Education, *Political Education as a Permanent Process: Global Perspectives on Education and Struggle* (2025), https://ipa-aip.org/wp-content/uploads/2026/05/EN-Political-Education-as-a-Permanent-Process.pdf.

Bevins, Vincent *If We Burn: The Mass Protest Decade and the Missing Revolution*. New York: PublicAffairs, 2023.

Block, Fred. 'The Ruling Class Does Not Rule: Notes on the Marxist Theory of the State', *Socialist Revolution*, n. 33, May–June 1977.

Cabaral, Amílcar. *National Liberation and Culture*. Syracuse: Syracuse University, 1970.

Chávez, Húgo '15 Nov. 2012 Reunión de Trabajo', uploaded by VideoPrensa 8 jun. 2015, Youtube video, https://www.youtube.com/watch?v=fEq2Ef7v99A.

Chela, Efemia; Prashad, Vijay (eds.). *The Revolutionary Thoughts of Kwame Nkrumah*. Johannesburg: Inkani Books, 2024. https://inkanibooks.co.za/product/kwame-nkrumah/

Chelwa, Grieve; Prashad, Vijay. *How the International Monetary Fund Strangles Africa*. Johannesburg: Inkani Books, 2026.

Federici, Silvia. Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation. New York: Autonomedia, 2004.

Guevara, Ernesto Che *Socialism and Man in Cuba*, 1965.

Gramsci, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*, ed. and trans. Hoare, Quintin; Nowell Smith, Geoffrey (orgs.). New York: International Publishers, 1971.

Gorz, André. *Strategy for Labor: A Radical Proposal*. Boston: Beacon Press, 1967.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. *The Architecture of Power: The Dollar, Financialisation, and the Struggle for Sovereignty*, dossiê n. 100, 7 jul. 2026, https://thetricontinental.org/dossier-de-dollarisation/.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. The Cooperative Movement in Kerala, India, Studies on Socialist Construction, 2 dez. 2025, https://thetricontinental.org/study-kerala-cooperatives/.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. *The Coup Against the Third World: Chile, 1973*, dossier n. 68, 5 set. 2023, https://thetricontinental.org/es/dossier-68-golpe-contra-tercer-mundo-chile-1973/.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. *The Coup Against the Third World: Chile, 1973*, dossier n. 68, 5 set. 2023, https://thetricontinental.org/dossier-68-the-coup-against-the-third-world-chile-1973/.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. *The Future*, dossier no. 100, 5 May 2026, https://thetricontinental.org/dossier-the-future/.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. *The Sahel Seeks Sovereignty*, dossier no. 91, 12 August 2025, https://thetricontinental.org/dossier-sahel-alliance-sovereignty/.

Kropotkin, Peter. 'Letter to Lenin', 4 March 1920. The letter is also reprinted in *The Conquest of Bread and Other Writings*, ed. Marshall Shatz. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Lenin, V. I. 'The State and Revolution', in *Collected Works*, v. 25. Moscow: Progress Publishers, 1964.

Mariátegui, José Carlos. "Anniversary and Balance Sheet", *Amauta*, n. 17, 3 set.1928, reprinted in *José Carlos Mariátegui: An Anthology*, ed. Harry E. Vanden and Marc Becker. New York: Monthly Review Press, 2011.

Marx, Karl 'The Civil War in France', in *Paris Commune 150*, 26 May 2021, https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/05/Paris-Commune-150-Tricon.pdf

Miliband, Ralph *Parliamentary Socialism: A Study in the Politics of Labour*. London: George Allen and Unwin, 1961.

Poulantzas, Nicos. *State, Power, Socialism*. London: New Left Books, 1978.

Silva, Ludovico *La plusvalía ideológica* [Ideological Surplus Value]. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1970.

Tse Tung, Mao. 'On New Democracy', 15 January 1940, *Selected Works of Mao Tse-Tung*, vol. 2 (Peking: Foreign Languages Press, 1965).

Tse Tung, Mao. 'Reform Our Study', May 1941, *Selected Works of Mao Tse-Tung*, vol. 3 (Beijing: Foreign Languages Press, 1965), 17–25.

Yash Tandon, *Trade Is War: The West's War Against the World* (New York: OR Books, 2015).



Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
é uma instituição internacional, organizada por movimentos, com foco em estimular o debate intelectual para o serviço das aspirações do povo.
www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
es una institución promovida por los movimientos, dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de las aspiraciones del pueblo.
www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
is an international, movement-driven institution focused on stimulating intellectual debate that serves people's aspirations.
www.thetricontinental.org